



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
COLÉGIO DE DIRIGENTES  
Avenida Rio Branco, 50 – Santa Lúcia – 29056-255 – Vitória – ES  
27 3357-7500 – ramal 2044 / 2013

## **Ata da reunião ordinária do Colégio de Dirigentes do Ifes**

**13 de maio de 2016**

No dia quatro de março de dois mil e dezesseis reuniu-se, o Colégio de Dirigentes do Instituto Federal do Espírito Santo, às dez horas, no Salão de Reuniões da Reitoria, sob presidência do Reitor Denio Rebello Arantes, com a presença dos seguintes membros: da Pró-reitoria de Administração, sr. José Lezi Ferreira; da Pró-reitoria de Desenvolvimento Institucional, sr. Ademar Stange; da Pró-reitoria de Ensino, sra. Araceli Verônica Flores Nardy Ribeiro; da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, sr. Márcio Almeida Có; da Diretora do Centro de Referência em Formação em Educação a Distância, sra. Vanessa Battestin Nunes; da Diretoria de Gestão de Pessoas, sra. Danusa Simon Robers; da Diretoria Executiva, sr. Mauro Silva Piazzarollo; do campus Aracruz, sr. Hermes Vazzoler Júnior; do campus Barra de São Francisco, sr. Jean Ruby de Oliveira Lopes; do campus Cachoeiro de Itapemirim, sr. Carlos Cesar de Oliveira Bettero; do campus Cariacica, sr. Lodovico Ortlieb Faria; do campus Colatina, sr. Luiz Braz Galon; do campus Guarapari, sr. Ronaldo Neves Cruz; do campus Ibatiba, sr. Flávio Eymard da Rocha Pena; do campus Itapina, sr. Tadeu Rosa; do campus Linhares, sr. Antônio de Freitas; do campus Nova Venécia, sr. Welliton de Resende Zani Carvalho; do campus Piúma, sra. Cláudia da Silva Ferreira; do campus Santa Teresa, sr. Moacyr Antônio Serafini; do campus Serra, sr. José Geraldo Neves Orlandi; do campus Venda Nova do Imigrante, sr. Aloísio Carnielli; do campus Vila Velha, sra. Denise Rocco de Sena; do campus Vitória, sr. Ricardo Paiva. O Presidente abre a reunião e faz a leitura da minuta da pauta, com os seguintes itens: **1. Informes; 2. Aprovação das atas das reuniões de 16/10/2015, 20/11/2015, 23/11/2015, e 12/12/2015; 3. Apresentação de uma proposta de distribuição de vagas de TAE e de estagiários; 4. Apreciação regulamento da CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos; 5. Processo 23147.000732/2011-18 - Apreciação da Proposta de Afastamento Docente; 6. Processo 23159.000615/2015-22 – Alteração da Resolução 28/2013 Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus Nova Venécia; 7. Processo 23156.001116/2015-82 - Alteração da Resolução 56/2013 Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus Santa Teresa; 8. Processo 23154.000813/2015-36 – Alteração da Resolução 48/2012 – Regimento Interno Conselho de Gestão do campus Itapina; 9. Processo 23147.000756/2016-65 – Apreciação do Regimento Interno da Editora do Ifes; 10. Orientações sobre a portaria de delegação de competência.** O Presidente abre o **item 1** e passa a palavra para a servidora Moramey que apresenta informações sobre o manual de indicadores da rede federal, especificando a publicação do documento, em abril de 2016, e o encaminhamento deste aos dirigentes, ontem. Solicita aos dirigentes uma leitura detalhada e ampla divulgação do manual, visto a obrigatoriedade deste na elaboração do relatório de gestão de 2016. Relata que o pró-reitor Ademar Stange vai solicitar uma reunião do Colégio de Dirigentes para tratar expor as particularidades do documento e o impacto deste na elaboração do próximo relatório de gestão. Informa que, nos dias 18 e 19 de maio, será realizado o fórum de registro acadêmico, cujo intuito é proporcionar uma capacitação que possibilite diminuição de erros de entrada de dados do Simec, e também apresentar uma série de

normativas, dentre elas, a do Sistec, e solicita a colaboração dos dirigentes no que se refere à liberação de servidores. O Presidente relata que os últimos dias houve uma enorme quantidade de publicações no diário oficial, enfatizando que parte delas estavam sendo cuidadosamente estudadas, em virtude da prudência do governo em implementá-las, para que assim não se perdesse o trabalho realizado. No entanto, acrescenta que, na iminência de mudança de governo, foram publicadas normativas diversas, liberação de CD's e FG's, enfatizando que tais atos proporcionam perdas para umas instituições e ganhos para outras. Relata que não tem ciência de tudo o que foi publicado, enfatizando que muitas coisas foram feitas com urgência, fato que maximiza a possibilidade de erros, ressaltando que alguns assuntos foram preteridos em prol de outros, eximindo a responsabilidade do Conif nesse processo. Relata que, dentre os atos, há uma portaria do MEC que regulamenta a atividade docente a qual define carga horária máxima e mínima dentre outras determinações. Revela a complexidade das negociações, pois alguns reitores defendiam suas próprias instituições em detrimento da própria rede. Anuncia que não houve avanço no aumento do banco de vagas, relatando que, a partir de um acordo anterior com o MEC, seriam liberadas, para toda a rede, 1200 vagas de professores em agosto, e outras 800, em janeiro, no entanto, a portaria com tais liberações não foi assinada a tempo pelo Ministro do Planejamento e Orçamento. Relata que, embora algumas dessas vagas fossem destinadas ao Ifes, não haveria um aumento significativo, enfatizando que há instituições cujos bancos de vagas são negativos e que elas terão grandes dificuldade de explicitar essa situação para suas comunidades. Revela que o principal culpado dessa situação é o MEC que não liberou para as instituições as vagas disponíveis em estoque a tempo, e quando tentou fazê-lo, vide a excepcionalidade e urgência do momento, não foi possível, relatando que essa situação foi abordada somente na última quarta-feira. Informa que o secretário da Setec, sr. Marcelo Feres, foi exonerado, juntamente com o Ministro da Educação, sr. Aloisio Mercadante, sendo substituídos interinamente e respectivamente pelos senhores Carlos Artur, Diretor do Pronatec e Luís Cláudio, secretário executivo, informando que, apesar do alarde, não acredita em alterações bruscas no MEC, ou seja, exoneração em massa, mas sim mudanças graduais. Relata que recente portaria do MEC, autorizou o funcionamento de mais alguns campi do Ifes, e que, a partir da publicação desse ato, não há mais campus sem portaria de autorização de funcionamento Instituto Federal do Espírito Santo. Prontifica-se a comentar os acordos que foram concretizados, enfatizando a dependência de liberação da 20 RG – recursos de rede, que é uma ação orçamentária cujos recursos, na ordem de 450 milhões, serão distribuídos para a rede, ou seja, 603 campi, revelando que esses valores são insuficientes para suprir as necessidades orçamentárias dos Institutos Federais. Informa que a distribuição desse recursos já foi assim realizada, ou seja, a Setec distribuiu linearmente 150 milhões pela rede e inserindo-os, posteriormente, na LOA. Acrescenta que, para o montante restante, o Conif que deseja outra distribuição linear, acrescentando que uma partilha desse tipo é prejudicial para os institutos maiores, no entanto, por serem minoria em número, foram derrotados no Conif, que apresentou uma contraproposta, isto é, que a distribuição fosse linear e por número de campi; a qual foi prontamente recusada pela Setec. Divulga que desde o início das negociações, o Ifes defendeu a proposta de se distribuir os recursos pela necessidade real dos campi, no entanto, relata que, nesse caso, infelizmente algumas instituições manipulam esses dados para angariar mais recursos. Relata que, após muitas negociações e impasses, a Setec decidiu que a distribuição seria baseada nas informações do Simec com as seguintes prioridades: 0- obras em andamento, 1- obras licitadas, 2- obras em licitação e 3- obras a serem licitadas 3; considerando o ritmo de obra, o ritmo de execução financeira, com cálculos contemplando desde o atual momento até março de 2017. Acrescenta que, mesmo com essas definições, o dinheiro era insuficiente, desta forma, foi feito um ajuste, estabelecendo um valor mínimo de 5 milhões para cada instituição e acréscimo variável pela quantidade de obras,

estabelecendo, posteriormente, um corte de 30 por cento do valor calculado; revelando que todas as obras do Ifes foram contempladas, no entanto, com valores inferiores aos desejados. Acrescenta que cada instituição recebeu uma tabela que explicitava os bons argumentos técnicos utilizados, e especifica que o Ifes recebeu 13 milhões dos 20 milhões necessários para os investimentos. Informa que cada obra possui uma TED - Transferência Eletrônica de Disponibilidade - específica, ou seja, o recurso destinado a uma obra só pode ser nela utilizado, caso contrário, o gestor incorre no crime de improbidade administrativa. Relata que, em Brasília, foram feitos todos os TED's que tinham destinação, no entanto, o volume era tão grande que foi impossível analisá-los para aprovação do sr. Marcelo Feres, revelando que, desta forma, há TED's aprovados e outros não, fato que, diante da atual conjuntura política, pode ser um risco. Relata que por causa da situação financeira / orçamentária, somente 40% do que acordado seria entregue, ou seja, 5,2 milhões de reais, destacando ser esse o montante assegurado como investimento, e que alguns TED's já estão em execução. Revela que, apesar de, no ano passado tudo ter sido cumprido, às vezes o valor contemplado no financeiro não é realizado na execução, revelando que a arrecadação atual é crítica, pois os valores estão diminuindo e faz um alerta para uma possível dificuldade na consecução de recursos, acrescentando que a educação foi priorizada ao sofrer poucos cortes em comparação com outras. Revela publicação de portaria de modelo de campus que estabelece quantidade de técnicos e professores, destacando que o documento reflete valores médios e não a realidade dos campi. Declara que a publicação foi ocasionada pela necessidade da Setec de ter um modelo que subsidiasse a distribuição de cargos, enfatizando o modelo causou descontentamento geral e que foi elaborado a partir dos dados que a Setec dispunha. Informa que para cada cargo há um estoque de vagas, destacando que há cargos de técnico-administrativos que não têm utilidade para os Institutos Federais, os quais só poderão ser trocados e ou substituídos por outros, caso seja aprovado um projeto de lei com esse intuito cuja tramitação está no Congresso Nacional. Esclarece que o modelo de campus foi concebido a partir das portarias de distribuição, no entanto, relata que o estoque baseado no modelo é muito enxuto, pois os campi cresceram muito mais do que o modelo propõe. Informa que Montanha e Barra de São Francisco foram classificados como campi agrícolas, enfatizando que tal classificação é uma conquista, pois para esse modelo há uma maior destinação de cargos e funções. A diretora Valdete expõe a situação do campus Alegre, isto é, muitos servidores que ocupam cargos extintos e a consequência da aposentadoria destes para o campus, e questionando se esse assunto foi tratado no Conif/Setec. O Presidente responde que havia tantos problemas mais urgentes que o assunto dos cargos extintos não foi discutido. A diretora Denise questiona sobre os 27 campi que não serão contemplados pelos recursos. O Presidente responde que esses campi só existiam formalmente, não havia infraestrutura, não tinha servidores, e em alguns casos, nem o terreno. A diretora Denise relata que amigos que trabalham na Casa Civil revelaram a intenção do órgão em rever os atos emitidos nos dois últimos meses. O diretor Lodovico questiona se há alguma obrigatoriedade no modelo de campi proposto pela Setec. O Presidente responde que há um acordo histórico no Ifes e que por isso não se pode aceitar o modelo proposto, uma vez que ele não se adéqua ao Instituto Federal do Espírito Santo, exemplificando que a Setec criou o modelo diante da impossibilidade de analisar cada campus individualmente. No entanto, revela que fará uma consulta formal à Procuradoria para dirimir quaisquer dúvidas, dentre elas, a possível obrigatoriedade de adequação. Relata que o regulamento de carga horária docente estipula o mínimo dez horas e o máximo de 20 semanais, acrescenta que esse mínimo pode ser de 8 horas caso o campus cumpra o RAP determinado. Informa que o regulamento também abrange pesquisa e extensão, destacando que o Ifes tem 90 dias para construir o seu regulamento. Relata que a educação a distância não foi contemplada na proposta e que o Conif terá 180 dias para elaborar um regulamento para a EAD. Relata

a exaustiva discussão sobre a carga horária de curso, principalmente porque o cálculo do RAP é baseado na carga horária mínima, sendo assim, é responsabilidade dos campi o que ultrapassar esse valor. Revela a assinatura de um protocolo para construção de um novo TAM, dentre os signatários estão os senhores Marcelo Feres e Marcelo Machado, destacando a importância deste documento que, mesmo com a exoneração dos signatários citados, estabelece bases para se negociar com o novo Ministro da Educação. No entanto, acrescenta que a necessidade de se realizar as atividades inseridas no Sistec, na aba metas e investimentos, revelando que, atualmente, o sistema só disponibiliza a aba investimentos, por isso, é necessário que todos os diretores-gerais incluam os investimentos necessários até 2018, 2020, destacando a necessidade de validação das informações e a inutilidade de inserção de dados fantasiosos. Sugere que os campi informem o mínimo de infraestrutura e quantidade de pessoal que possibilite o cumprimento das metas acordadas, destacando que, se a meta de 70 professores for ultrapassada, deve-se apresentar justificativa, solicitando que seja inserido, no sistema, o PDI de cada campus; explicando que os investimentos devem ser informados antes das metas, sendo que as metas básicas devem ser cumpridas. O Presidente informa que enviará o modelo de campus, solicitando que cada diretor-geral compare-o com sua estrutura atual e faça uma avaliação de investimento. O Pró-reitor Ademar relata que foi encaminhado aos órgãos de controle o relatório de gestão 2015, afirmando que, com o intuito de disseminar as ações de elaboração ao longo do ano em vez de concentrá-las no fim do exercício, será realizada, conforme adiantou a servidora Moramey, uma reunião para discutir o tema. O diretor Hermes destaca que os técnico-administrativos de Aracruz reclamam da ausência de docentes na elaboração do relatório de gestão, uma vez que o período de elaboração do relatório coincide com as férias de professores, isto é, os meses de janeiro, fevereiro e março. A diretora Denise questiona a disseminação de atividades durante o ano, visto a necessidade de fechamento do Sistec para obtenção de dados. O Presidente aproveita a oportunidade para informar que dia 20 de junho será a última extração do Sistec, destacando que aqueles que não inserirem alunos no sistema, serão prejudicados. Relata que a Rede propôs uma mudança da matriz orçamentária e ficou decidido que, após essa alteração, a matriz terá poucos ajustes a fim de garantir uma certa estabilidade, pois a Rede acredita que tal medida seja um bom argumento para se discutir as questões orçamentárias com o novo governo. O Presidente anuncia que nenhum instituto federal adotou a iniciativa do Ifes de expor à comunidade acadêmica a atual situação política nacional, por meio de visitas aos campi cujo objetivo é, nesse momento de dúvidas e incertezas, prestar os esclarecimentos e conclamar a união de todos em prol da instituição. Informa que a comunidade do Ifes não deve se iludir com um futuro próspero, principalmente nesse momento crítico em que, infelizmente, perdemos, momentaneamente, uma importante articuladora no congresso nacional, isto é, a senadora Rose de Freitas, vítima de um AVC. Exterioriza sua crença no pronto restabelecimento da senadora, mas solicita calma e paciência por parte da comunidade acadêmica. Revela que o processo de impeachment no senado deve ter uma tramitação rápida, enfatizando que, apesar da celeridade, o ministro Ricardo Lewandowski seguirá todos os ritos processuais, acreditando que em dois meses tudo já esteja finalizado. Justifica tal posicionamento no fato de que, caso o processo se prolongue por mais de dois meses e o governo Temer não consiga implementar as mudanças necessárias, questionamentos surgiram os quais podem comprometer a própria sustentabilidade da base governista e assim, consequentemente, perda de apoio no Senado, e reversão do processo de impeachment. Considera o impeachment é irreversível, justificando-se no fato de que a admissibilidade do processo teve 55 votos, um a mais do que o necessário para a cassação do mandato da Presidente da República. Esclarece que uma transição normal de governos, ou seja, entre mandatos presidenciais é um processo lento, uma vez que envolve diversos órgãos, normativas, acordos que devem ser tratados e outros tantos

percalços, acrescentando que, no momento atual, um acordo entre os governos é impraticável, o que faz com que a situação seja mais complicada. Relata que os trabalhos do Mec não devem ser comprometidos, visto que uma exoneração em massa é improvável, pois provocaria perda de informações e procedimentos. Relata que o Conif solicitará audiência ao novo ministro da educação para apresentação e exposição de acordos e metas, revelando que alguns dirigentes refutaram a possibilidade de indicação, por parte do Conif, de um secretário na Setec, no entanto, após discussões, houve um acordo pelo qual o Conif indicará, caso tenha possibilidade, um secretário na Setec. Anuncia que o Conif contratou uma empresa para realizar o planejamento estratégico do próprio Conif, revelando que um consultor irá percorrer todo o Brasil, nas reitorias, para conversar, em um primeiro momento, com os reitores, e posteriormente, com os demais servidores. Relata que, infelizmente, o que estava acordado com o governo anterior pode ser revisto pelo atual, acrescentando que, no caso específico de cargos é mais difícil qualquer alteração, uma vez que, caso a instituição tenha as vagas, pode fazer concurso, por causa da sua autonomia na gestão de cargos. A partir de um questionamento do diretor-geral Ricardo Paiva, o Presidente responde que não sabe o que irá acontecer com a Setec, mas revela que, provavelmente a Secadi -Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão será extinta. Ao ser questionado pelo pró-reitor Lezi sobre a continuidade da assistência estudantil, o Presidente revela que, nesse primeiro momento, não haverá alteração, acrescentando que é difícil fazer uma avaliação, no entanto, justifica seu posicionamento pelo fato de que medidas antipopulares não seriam favoráveis ao novo governo. O diretor-geral Antônio de Freitas relata de que houve mudança no Ministério de Ciência e Tecnologia em decorrência de pressão popular, e questiona se tal fato também poderia ocorrer no Ministério da Educação. O Presidente esclarece que é mais difícil retirar um ministro do DEM, pois há uma coligação mais forte entre esse partido e o PMDB. A diretora-geral Maria Valdete relata o recebimento de e-mail da CPPD que solicitou um mutirão para se analisar processos, acrescentando que essa mensagem criou um pânico entre os docentes que acreditaram que seria o fim do RSC. Destaca que a maneira de envio da mensagem não foi a mais adequada, justificando que uma coisa é pedir colaboração, outra completamente diferente é encaminhar um e-mail com esse teor. O Presidente solicita autorização para alterar a ordem dos itens com o intuito de dar maior celeridade a reunião, e diante da anuência dos presentes, informa que os **itens 6, 7 e 8** são solicitações de alteração no regimento interno dos Conselhos de Gestão dos campi Nova Venécia, Santa Teresa e Itapina, acrescentando que essa matéria era competência do Conselho Superior, mas que foi delegada ao Colégio de Dirigentes por meio da Resolução CS nº 31/2016. Passa a palavra para o diretor-geral Hermes que relata que a solicitação de Nova Venécia e Itapina não apresentam problemas, enquanto a de Santa Teresa há alguns problemas no que se refere a representatividade dos discentes no Conselho de Gestão e quanto a periodicidade das reuniões. O Presidente sugere que esses pontos sejam tratados entre os diretores Moacyr e Hermes. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, aprova a proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus Nova Venécia e também a proposta de alteração do Regimento Interno do Conselho de Gestão do campus Itapina. A diretora-geral Denise relata a existência de incompatibilidades entre os regimentos do Conselho de Gestão e o Regimento Interno dos campi. O Presidente sugere que essas observações sejam encaminhadas para a servidora Moramey e os diretores-gerais Hermes e Flávio que analisarão a pertinência dessas incompatibilidades e proporão a adequação dos Conselhos de Gestão ao Regimento Interno. O Presidente abre o **item 4** e passa palavra para a servidora Janda que informa que o regulamento já foi encaminhado por e-mail aos dirigentes, colocando-se a disposição para os esclarecimentos necessários. O Colégio de Dirigentes, sem ressalvas, aprova o Regulamento da CPAD – Comissão Permanente de Avaliação de Documentos. A servidora Janda solicita que os campi que

ainda não designaram as subcomissões de CPAD que o façam o mais breve possível, para que elas possam trabalhar em conjunto com a comissão central. O Presidente abre o **item 9** e passa a palavra para o professor Nelson, responsável pela editora do Ifes, que relata que o documento já foi encaminhado por e-mail e se prontifica a esclarecer quaisquer dúvidas. O Colégio de Dirigentes aprova o Regimento Interno da Editora do Ifes. O professor Nelson solicita que caso algum dirigente tenha proposta ou sugestão de funcionamento da editora, favor encaminhá-la [editora@ifes.edu.br](mailto:editora@ifes.edu.br). O Presidente informa que o diretor-geral Hermes sugeriu o envio de carta a senadora Rose de Freitas. O Colégio de Dirigentes, por unanimidade, aprova a sugestão do diretor-geral Hermes. O Presidente abre o **item 5** e passa a palavra para o pró-reitor Márcio Có que relata que esse item já foi matéria da última reunião do Colégio de Dirigentes, na qual houve a exposição do histórico de ações até a elaboração da presente minuta. A diretora Danusa faz algumas considerações: no artigo 3º acrescentar o pós-doutorado só após 4 anos no cargo, ou, 4 anos depois do último afastamento, conforme determinação legal. Solicita que seja substituída a expressão “setor de localização” por “setor de localização de exercício”. Solicita que, em especial no artigo 12, sejam corrigidas as siglas ou então inserida a expressão “área de gestão de pessoas correspondentes”. O pró-reitor Márcio Có revela alguns questionamentos sobre o doutorado sanduíche, relatando que não há necessidade de alteração na minuta, pois a parte a ser cursada no exterior, já faz parte de um acordo entre as instituições, uma vez que o servidor já está afastado. Revela solicitações do Cefor que foram incorporadas ao texto, uma delas é que o servidor, ao término do afastamento, só entregaria a versão eletrônica do trabalho final; a outra é substituir a expressão campus por unidades administrativas. A diretora Danusa solicita a inclusão, nessa resolução, do afastamento parcial, justificando a existência de uma comissão com o objetivo de elaborar uma minuta para esse tipo de afastamento. Revela a urgência da proposta, que se baseia tanto na solicitação de alguns docentes de campi quanto na atuação do diretor-geral que, na ausência de uma regulamentação institucional, pode incorrer na pessoalidade para tomar sua decisão. O pró-reitor Márcio Có manifesta-se contrário, justificando que não se deve misturar esses temas, principalmente porque a proposta de afastamento está em construção desde 2011, o que possibilitou a elaboração de um texto muito abrangente. O diretor-geral Carnielli relata situações em que o processo passa por setores específicos que não se responsabilizam por uma decisão ou parecer, deixando a responsabilidade para o diretor-geral. O diretor-geral Ricardo Paiva apresenta as diferenças entre afastamento parcial e horário especial de estudante, concordando com o pró-reitor Márcio Có, ou seja, que se deve aprovar a minuta e depois elaborar outra para afastamento parcial, que também englobe o docente. O pró-reitor Márcio Có relata que a política de capacitação tem plano para terminar em julho, e que o afastamento será incluído. O Presidente sugere a constituição de uma comissão composta pelos diretores: Danusa, Ricardo e Márcio Có para escreverem uma normativa provisória, que após aprovação, será entregue aos membros da comissão para subsidiar seus trabalhos. Ao ser questionado pelo diretor-geral Carnielli, o Presidente relata que, até a normatização interna, a decisão será do diretor-geral baseada na normativa do MPOG. Informa que a diretora Danusa está de volta ao Ifes, mas agora com o cargo de professora do campus Vitória, assim, tem um conjunto de aulas de educação física e também atua na direção de gestão de pessoas. A diretora do Cefor informa sobre a atual situação da EaD e as discussões nacionais sobre a institucionalização da EaD que tem participado. Citou que participou do grupo de trabalho da Setec que elaborou uma proposta para matriz orçamentária do Forplan/Conif e da solicitação que fez ao FDE/Conif, que foi aprovada, de criação de um novo grupo de trabalho, que culminará em uma câmara de dirigentes de EaD da rede federal. Relata que ainda não há respostas sobre os programas de fomento UAB e e-Tec, devido ao momento político atual, mas que é importante se planejarem para o caso dos cursos serem aprovados, solicitando que os

diretores-gerais avaliem internamente com suas equipes caso desejem ser polo dos cursos técnicos do Profucionário e do Idiomas (inglês e Espanhol). Relata sobre a distribuição de recurso de cursos a distância na matriz orçamentária, explicando que a regra vigente, que foi aprovada no Fórum de Diretores Gerais de 20/12/2013, estabelece o seguinte rateio para cursos e-Tec: 35% (campus ofertante), 15% (Cefor) e 50% (campus polo). Relata que hoje outros cursos que não são e-Tec também podem utilizar os campi do Ifes como polo, especialmente os cursos institucionais, acrescentando que, dessa forma, uma primeira mudança necessária na regra seria contemplar a todos os cursos a distância. Destaca que outra mudança necessária seria definir um limite máximo para os campi polo, pois no caso de cursos institucionais, se houver poucos polos, o recurso residual deveria ficar com o ofertante, que é quem tem maior parte do trabalho e onde estão alocados os docentes. Após a discussão e algumas alternativas propostas, ficou estabelecida a nova regra, agora para todos os cursos a distância: 35% (campus ofertante), 15% (Cefor) e 50% (dividido entre os campi polo, por turma). O valor limite que uma turma de um campus polo pode receber é de 15%. No caso de não se atingir os 50% destinados aos campi polo, o valor residual será destinado ao campus ofertante. O Presidente abre o **item 10** e passa a palavra para a assessora da Assessoria Processual, professora Roberta, que relata que algumas competências delegadas aos diretores-gerais por meio da portaria nº 1.070 de 05 de junho de 2014 estão sendo ignoradas, mais especificamente aquelas elencadas nos incisos i e l, ou seja, i) aplicação de pena de advertência; e l) constituição de comissões locais. Esclarece que a aplicabilidade de advertências é dependente da caracterização do ato, ou seja, deve estar descrito no rol de advertências possíveis; exemplificando que, em alguns casos, quando o processo chega a Assessoria Processual, verifica-se que o ato praticado é passível de suspensão e não de advertência, ocasionando sua nulidade. Ressalta que alguns atos praticados cuja punição deveria ser advertência, originam Pad's – Processo Administrativo Disciplinar, enfatizando que em muitos casos já solicitou a alteração do procedimento adotado, isto é, Pad para Pip - Procedimento de Investigação Preliminar, e vice-versa. Solicita a compreensão para os custos envolvidos em um Pad e da necessidade de conscientização dos servidores acerca dos procedimentos de Pad ou Pip, uma vez que, na maioria dos casos, a confusão é fruto da falta de informação. Explica as infrações e a vinculação das penalidades legais previstas, entregando aos dirigentes texto informativo. Pede especial atenção à validação do ponto que não se constitui um ato meramente formal, mas sim, um compromisso da chefia, solicitando a não omissão perante os problemas no campus e, no caso, de uma infração reiterada, que seja encaminhada ao reitor. Revela que serão realizadas capacitações para os servidores dos campi com o intuito de instruir a realização de um Pip, enfatizando o compromisso da Assessoria Processual no auxílio aos campi. Ao ser questionada se a comissão de ética dos campi pode ser utilizada na instauração dos Pip's, a assessora Roberta informa que esse órgão só pode ser utilizada para os discentes. O Presidente esclarece que a comissão de ética, localizada na reitoria, é órgão de assessoramento de toda a instituição, acrescentando que, caso seja necessário, as demandas sejam encaminhadas para lá. Ao explicar os procedimentos necessários para a aplicação de alguma penalidade, a assessora Roberta informa que os campi precisam inserir no sistema da CGU as sindicâncias que estão sendo realizadas, agradece a atenção e se coloca a disposição para possíveis esclarecimentos. O Presidente informa que, obedecendo a lei da transparência, as atas do Colégio de Dirigentes estão disponíveis para a comunidade do Ifes na intranet. O Presidente solicita que o Colégio de Dirigentes indiquem cinco representantes titulares e cinco suplentes para composição do segmento dirigentes no Conselho Superior, sugerindo que essa definição seja realizada no Fórum de Dirigentes e apresentada na próxima reunião do Colégio de Dirigentes. Abre o **item 3** e passa a palavra para o pró-reitor Ademar Stange que detalha os procedimentos utilizados para a realização de distribuição de vagas, dentre eles, o acesso ao

Simec para obter informações de cada campus, no entanto, acrescenta que as informações, apesar de importantes, não refletem a realidade dos campi, e exemplifica essa afirmação citando o caso de Colatina que tem um espaço físico compartilhado por muitas atividades de laboratório, sendo que outros campi tem muitos laboratórios. Apresenta o quantitativo de 54 vagas que se dividem em assistente de laboratório, auxiliar de administração, técnico de secretariado, tradutor de libras. O Presidente explica que as vagas da reitoria é resultado da contrapartida para o uso da Fábrica de Ideias, isto é, a incorporação de museus municipais que estão no Tancredão e no parque Moscoso. Informa que para essas vagas não há concurso vigente por isso deve-se realizá-lo o mais rápido possível. O diretor-geral Moacyr solicita que a metodologia utilizada para a redistribuição das vagas seja revista, para que possa contemplar a quantidade de alunos e turnos, para que assim, o campus Santa Teresa possa se readequar ao turno noturno, que demandará mais servidores. O Presidente destaca que a maioria dos campi funcionam em três turnos, e que eles não tiveram a oportunidade de se adequar, ressaltando que, por isso, o argumento apresentado não é válido. A diretora-geral Valdete solicita que, no futuro, a distribuição de vagas contemple as particularidades das escolas agrícolas que trabalham em regime de internato, 24 horas por dia, e que por isso, é necessário um número maior de servidores para se realizar o revesamento. Destaca os problemas que as aposentadorias de cargos extintos acarretarão no campus Alegre, cujo 50 por cento de seus servidores ocupam esses cargos. O Presidente relata que os campi agrícola, por sua estrutura complexa, há uma maior destinação de mais servidores, ressaltando que, como havia dito no início da reunião, não há novidade sobre os cargos extintos. Após o início de discussões sobre a distribuição de vagas, o Presidente sugere que esse tema seja abordado na próxima reunião, no entanto, a maioria dos dirigentes se posiciona contrário a essa proposta. O diretor-geral Wellinton destaca a importância do tradutor de libras, principalmente para aqueles campi que, como o de Nova Venécia, tem alunos com surdez. A diretora-geral Denise ressaltada que além da participação no ensino, esse profissional pode atuar na área de pesquisa produzindo material institucional. O pró-reitor Ademar apresenta a distribuição final das 54 vagas. O Presidente informa que novas vagas só surgirão quando houver, a partir da aprovação de um projeto de lei, a possibilidade de trocas de vagas de cargos que não tem utilidade atual nos institutos federais, enfatizando que não há vagas no banco para cargos de nível E. Ressalta a necessidade de se realizar concurso imediatamente, destacando que estava previsto o recebimento de vagas para professores, cuja distribuição será discutida no futuro. O pró-reitor Ademar Stange informa que encaminhará os códigos de vaga e também a planilha para realização do concurso. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradece a presença de todos e declara a reunião encerrada. Eu, Alessandro Gonçalves de Assis, lavrei a presente ata, que será submetida à aprovação de todos os presentes.